

A Mulher em Cena: o Feminino na Tragédia Grega Medéia

The Woman on Stage: the Female in the Greek Drama 'Medea'

Talita Baldin

Universidade Estadual do Centro-Oeste
talitah_0507@yahoo.com.br

Rosemeire dos Santos Brito

Universidade estadual do Centro-Oeste
roseje4@yahoo.com

Resumo

Apenas recentemente o gênero foi colocado como categoria analítica que proporcionou estudar as relações entre homens e mulheres. Desenvolvemos uma análise de Medéia relacionando-a com conceitos do feminismo, relações de poder e jogos de gênero. Com a tragédia ilustramos os paradoxos do ser mulher na sociedade e metáforas de situações de subordinação, percebendo jogos de poder entre masculino e feminino, construtos sociohistóricos não-lineares. Analisando a astúcia com que Medéia jogava o jogo de gênero nos questionamos acerca das ferramentas utilizadas na atualidade, apontando para pistas que instigam para investigações sobre atualizações dos jogos de gênero nas inter-relações cotidianas.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Jogo de Gênero; Feminismo; Teatro Grego; Dramaturgia.

Abstract

Only recently, gender was taken as an analytical category which provided studies on the relations between men and women. We developed an analysis of Medea relating it to concepts of feminism, power relations and gender plays. Within this tragedy we could illustrate the paradoxes of being a woman in the society, and some metaphors on situations of subordination, realizing the existence of power games between male and female, nonlinear sociohistorical constructs. Analyzing the astuteness with which Medea played the gender play we wonder about the tools used today, pointing out to some clues that prompt us to investigations on the updatings about the gender plays in everyday interrelationships.

Keywords: Gender Relations; Gender Plays; Feminism; Greek Theater; Dramaturgy.



Introdução

Ao longo da História, a mulher e os papéis relacionados ao feminino têm sido vistos de diversas formas, criando e recriando posições e identidades, por vezes ambíguas e contraditórias, paradoxais. Muito disso se deve a movimentos sociais advindos com reivindicações das próprias mulheres que se organizaram em prol de objetivos comuns, para pensar e lutar pela causa feminista e por seus direitos. Neste ensaio buscamos pensar tal contexto, tomando por base os movimentos feministas anglo-saxões e as relações de gênero e de poder, com fins a verificar leituras passíveis de serem realizadas na obra literária escrita por Eurípides, no século V a. C., a tragédia grega Medéia.

Contextualizado o mito de Eurípides (1982), pontuamos que o objetivo deste ensaio é de explorar algumas das possíveis leituras a serem feitas acerca do feminino na tragédia grega relatada, com fins a perceber o papel assumido pela princesa Medéia, personagem clássica com a qual o jogo das relações de gênero pode também ser pensado na atualidade. Trata-se da história de uma relação existente entre homem e mulher em que estão presentes elementos de submissão, ao mesmo tempo em que a personagem consegue estabelecer um jogo com a relação estabelecida com seu esposo e aquilo que se espera que seja assumido por ela, por sua condição feminina. Logo, são construtos sociais que ganharam força ao longo da história e sob os quais se estabelecem relações de poder.

Assim, nos fundamentamos na ideia de que a própria sociedade exclui e fragiliza a participação feminina, entendendo que há concessão de direitos e privilégios aos homens, o que em muitos casos vai resultar na manutenção da dominação masculina. É sob essas condições que Medéia joga o ‘jogo

do gênero’¹, conforme Barrie Throne (1993). Desta forma, a tragédia grega é uma possibilidade interessante, objetiva e metafórica, para analisarmos o jogo de dominação e opressão femininas, ressaltando os paradoxos do movimento feminista, e tendo em cena uma mulher que sai do privado para tornar-se personagem pública, retratando a história de muitas vidas.

Feminismos, Gênero e Poder

Preocupados com as relações estabelecidas e reivindicando direitos políticos, sociais e econômicos, como o voto, trabalho e estudo, é que surgem os movimentos feministas no início do século XIX, logo após a revolução industrial, centrando-se na busca por direitos. Alves (1985) expõe que o feminismo surgiu com a quebra do silêncio feminino, ou seja, com o intuito de libertação das camadas da população que eram oprimidas por sua condição sexual, ou seja, grupos de mulheres que passaram a se unir, discutir e pensar em questões que as tocassem, reivindicando, assim, direitos e melhores condições de vida e/ou trabalho, por exemplo. Assim, “o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo” (ALVES, 1985, p. 8). Nos pequenos grupos em que as mulheres se apoiavam, continua a autora, construíam-se formas de expressão das vivências individuais de cada uma, laços fortalecidos pelo sentimento de solidariedade, por isso muitas vezes o objetivo do grupo baseava-se em promover cursos, campanhas, manifestações culturais e centros de cuidados com a saúde.

Historicamente a posição ocupada pela mulher está relacionada a um papel secundário, ou seja, daquela que fica à margem de um outro maior, que seria o homem. Beauvoir (1980) percebe que a

História confere à mulher um papel negativo, de limitação e sem reciprocidade, cujo conhecimento (ou falta dele!) se dá por conta da condição de ser mulher: “havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino” (BEAUVOIR, 1980, p. 9 - 10) e todos os comportamentos tanto femininos quanto masculinos se dão por esta condição.

Scott (2002) apresenta as três ondas do movimento feminista anglo-saxão, da forma como foi dividido por feministas e estudiosos, com fins a caracterizar cada um dos momentos do processo. Ressaltamos que essa autora preocupa-se em discutir, em sua obra, os paradoxos existentes no próprio movimento feminista, que ao mesmo tempo em que busca a igualdade entre os sexos, muitas vezes vale-se das diferenças biológicas existentes entre eles para constituir seus argumentos políticos e, assim, podem ver esse mesmo discurso biologizante ser acionado para situar o sexo feminino em posição de subalternidade e controle social. Assim, emergem não somente os paradoxos do movimento, mas as próprias contradições no discurso de todo um Estado, articulado sob a defesa de que só os homens seriam cidadãos.

Ao considerar as três ondas do movimento feminista, Scott (2002) aponta para características particulares nos objetivos de cada uma delas. A primeira emerge no final século XIX e mantém-se até meados do século XX, ocupando-se com a promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres, bem como se opunha aos casamentos arranjados, situações em que até então as mulheres não tinha voz nem opção. Ainda nesta primeira onda, embora mais tardiamente, o foco do movimento feminista foi a conquista do poder político, principalmente no que dizia respeito ao direito das mulheres ao voto, só aprovado

nos Estados Unidos em 1918, para mulheres a partir de 30 anos e donas de propriedades e dez anos mais tarde, estendendo-se a todas as mulheres com mais de 21 anos.

Já a dita segunda onda do feminismo, ocorrida em meados dos anos 1960/1970 no contexto anglo-saxônico, está fortemente marcada pela crítica à noção de sexo, que tinha fortes associações com a reivindicação de diferenças biológicas fundamentais entre homens e mulheres que, por sua vez, eram utilizadas enquanto instrumento justificador de acesso desigual a direitos. Desse modo, enfatizava-se o termo gênero, pensado como categoria analítica que permitiria desvendar as construções sociais que se valiam das diferenças sexuais para consolidar assimetrias e manter a dominação masculina na vida social. Era o momento de denúncia aberta do sexismo e de reivindicação do direito ao corpo e ao prazer, portanto, de posicionamento contrário ao patriarcado e à subordinação feminina (SCOTT, 2002; PEDRO, 2005).

Por fim, em seu terceiro momento, o movimento feminista, iniciado com os anos de 1990 e presente até então, tem tentado dar conta das possíveis falhas do movimento em sua segunda onda, na busca por romper com as definições essencialistas da feminilidade, que dava muita ênfase às mulheres brancas e de classe média. Trata-se, então, de considerar as reivindicações das feministas, levando em conta suas incongruências e contradições, frutos das contradições dos discursos políticos que produziram o próprio feminismo, ou seja, do individualismo, dos direitos e das obrigações sociais, assim como da almejada universalidade da noção de indivíduo, que por si já excluía as mulheres (SCOTT, 2002; MELO, 2008).

Dessa forma, é apresentado o paradoxo inerente à história do feminismo:

não porque possui estratégias que se

opõem entre si, (mas porque) os paradoxos são elementos constitutivos do próprio feminismo, pois é formado por práticas discursivas de política democrática que igualam **individualidade e masculinidade** (grifo da autora) (MELO, 2008, p. 555).

Scott (2002) avalia que a história do feminino na França se articula por meio de paradoxos, visto que as biografias de mulheres como Jeanne Deroin, Olympe de Gouges, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier emergem nas contradições criadas na sociedade. Assim, o feminismo é ao mesmo tempo subversivo e ação, caracterizando-se pelo conflito constante, sendo este conflito uma condição necessária para a transformação das próprias contradições.

O gênero é considerado uma categoria analítica, referindo-se às relações sociais existentes entre homens e mulheres e levando em conta o corpo, mas não se restringindo a ele, pois abrange os papéis sociais exercidos por ambos, bem como por toda a noção cultural que circunda os universos feminino e masculino. Logo, trata-se de uma construção histórica, social e simbólica amparada nas relações de poder e que define as expectativas do que é ser homem e ser mulher em sociedade, sendo que ambos, homem e mulher, jogam um jogo de gênero, como denominado por Thorne (1993). A autora caracteriza esse jogo como as relações estabelecidas nas interações entre meninas e meninos, ou seja, é na ação desempenhada por ambos que acontecem na vida em grupo, nas organizações sociais e nas significações de tais organizações, que jogos de gênero são construídos. Logo, trata-se de interações que se criam e recriam na dinâmica do dia a dia das pessoas e que configuram a construção de relações de gênero.

A noção de gênero teorizada e discutida

por Scott (1989) parte de uma visão de poder amparada na análise foucaultiana. Assim, o universo de relações que compreende os universos masculino e feminino é entendido como rizomático e atrelado ao saber, logo, trata-se de um saber-poder. Para Foucault (2011), todo saber é legítimo e possui suas positivities específicas que devem ser aceitas e não julgadas por um saber anterior ou posterior. Por sua vez, o poder, para o autor, é concebido como formas díspares que estão em constante transformação. Assim como a categoria analítica de gênero, o poder é uma prática social construída historicamente, portanto sob a égide de uma provisoriade com relação à ciência e à política. Este poder foucaultiano caracteriza-se pela não linearidade, como um poder que é exercido em todas as direções, não se concentrando hierarquicamente ou centralmente. Logo, Foucault (2011) acredita que todos os indivíduos estabelecem relações de poder com outros indivíduos, ora dominando, ora sendo dominado. Essa é a postura que assumimos no que concerne as relações de poder neste estudo.

Gênero e Poder em Medéia

É por considerar os movimentos feministas e as análises até então criadas com base neles que, com este ensaio, buscamos desenvolver uma discussão da feminilidade e das relações de poder presentes em um jogo de gênero, atreladas à tragédia grega Medéia, escrita por Eurípides no século V a. C.. Ressaltamos que nessa época o teatro era essencialmente utilizado como uma forma de educar o povo, visto que seus textos refletiam acerca de situações cotidianas com desfechos altamente moralizantes e condizentes com a educação exigida pelo Estado Grego e Ateniense (EURÍPIDES, 1982).

Fizemos a escolha de analisar Medéia sob a ótica do jogo das relações de gênero porque

a personagem representa ser uma mulher que joga muito bem com as relações de poder, a partir das características e expectativas sobre como o gênero feminino é visto na sociedade. Ela exerce o movimento de subjugação e de resistência ao poder exercido pelo masculino de forma explícita, sendo que a obra permite elementos para investigarmos tais relações.

O início do mito de *Medéia* é dado pela reivindicação de Jasão diante do pai de *Medéia*, rei Eetes, por conta do velocino de ouro², uma lã de carneiro alado sob a posse do rei. Jasão deseja o velocino e convence Eetes a concedê-lo mediante o cumprimento de algumas tarefas: Jasão teria que lavrar um campo com dois touros indomados que expeliam fogo pelas narinas para, em seguida, semear no campo dentes de um dragão morto em tempos passados. No fim, tudo não passa de uma cilada para a morte do combatente. No entanto, Hera, a protetora de Jasão, convencera outros deuses a fazerem com que *Medéia* se apaixonasse por este, já que ela era uma grande conhecedora das artes ocultas e poderia proteger o herói. *Medéia* entende as pretensões do pai e promete ajudar Jasão desde que ele case-se com ela, sendo que diante de seu sim, lhe oferece um unguento corporal que o torna imune ao fogo e ao ferro, podendo enfrentar os touros e lavrar o campo. Também o alerta sobre os soldados que nascerão com os dentes do dragão e indica que deveria lançar uma pedra para o meio do exército, que sem saber de onde esta viria entraria em discussão e os soldados matar-se-iam uns aos outros. Com os conselhos de *Medéia*, Jasão vence a prova e volta para requerer o velo de ouro ao rei Eetes (EURÍPIDES, 1982).

Eetes se revolta com a vitória e mais uma vez tenta destruir Jasão, dessa vez tentando incendiar a sua nau *Argo*, matando a tripulação. No entanto, *Medéia* adormece o dragão guardião do velo e avisa o futuro esposo dos planos do pai. Com isso, ambos

fogem da Cólquida com o tesouro e também com o irmão de *Medéia*, que esta mata e espalha os pedaços pelo caminho, acreditando que o pai juntaria cada pedaço do irmão para um enterro digno, o que o atrasaria na busca. Chegam a Tessália onde *Medéia*, com seus conhecimentos nas artes mágicas, cria vários inconvenientes e precisa fugir, com destino então a Corinto. Da mesma forma, nesse local sua felicidade dura pouco porque o rei Creonte convence Jasão a deixá-la para casar-se com a filha Creúsa. *Medéia*, que já tinha filhos de Jasão, antes de deixar a cidade vinga-se do marido, do rei e de sua filha, presenteando Creúsa com um vestido e joias envenenados em uma poção mágica. Assim, quando a princesa coloca o presente, seu corpo é tomado pelo fogo que destrói a princesa, seu pai e todo o palácio. Além disso, *Medéia* mata os próprios filhos antes de fugir para Atenas, em um ato considerado de fria e premeditada vingança contra seu marido infiel. Já em Atenas, *Medéia* se casa com o Rei Egeu e tem um filho com ele, sendo que posteriormente *Medéia* e o filho voltam à Cólquida, descobrindo que o irmão do rei Eetes havia tomado o trono de seu pai. Matam-no e Medo, filho de *Medéia* e Egeu, torna-se rei (EURÍPIDES, 1982).

Em *Medéia*, Eurípides (1982) cria a personagem principal como uma mulher corajosa que quis vingar-se com as próprias mãos da traição do marido, ferindo-lhe com a destruição de seus descendentes. Neste sentido percebemos que a tragédia não é linear, mas que propicia inúmeras releituras e abre margem para pensarmos na condição feminina nas mais variadas épocas. Faria (2008) verifica o texto como representativo dos conflitos entre o masculino e o feminino, abordando os principais momentos sociais da mulher, como parto, casamento, dote, fidelidade, divórcio e personalidade da mulher.

Um ponto muito exposto pelos

personagens da tragédia é o caráter de submissão feminina, inicialmente dado pela fala da ama; quando esta lamenta a vinda de Jasão para a terra do rei Eetes, visto que foi assim que Medéia apaixonou-se por ele. Porém, ressaltamos que este também é um papel intercambiável, pois a mulher assume outras posturas no decorrer do texto, momentos em que notadamente rompe com a submissão ao marido.

Assim, as relações de poder se contrastam entre dominados e dominantes, nesse caso entre homens e mulheres. Podemos retomar Foucault (2011) para analisar o poder como uma força que circula entre os diversos atores envolvidos em determinado processo, por isso, um poder que é visto como fluxo, um poder que todos exercem à medida que as situações vivenciais vão ocorrendo. Conforme Machado (2011, p. X), não existe, para Foucault, “algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.

Por entendermos este poder como não-linear, assim como Foucault (2011), em Medéia este poder intercambiável é visualizado nas investidas constantes desta com relação a Jasão, pois ela submete-se a ele, parece-se que muito imbuída pelas normas sociais, no entanto revela-se autônoma ao tramar uma armadilha para a nova esposa do ex-marido e para ele próprio. Assim, a personagem joga com o jogo de gênero (THORNE, 1993), pois é tímida e submissa e na sequência assume postura ativa na relação entre ela e Jasão. Parece claro que a construção do gênero permeia as relações entre homens e mulheres, ilustrada no mito, inclusive no que diz respeito às relações entre o casal. Como no caso de Medéia e Jasão, acordos são feitos, relações são estabelecidas, ao mesmo tempo em que são quebrados e

ambos os personagens agem de alguma forma, ou seja, pautam-se na ação:

Prouvera ao céu que o navio Argo não tivesse nunca voado sobre as ondas para a terra de Colcos através das Simplégadas azuladas. (...) Medéia, minha querida ama, não teria navegado para os muros de Iolcos, ferida no coração pelo amor a Jasão; e por haver persuadido as filhas de Pélias a assassinar o pai, ela não habitaria com o esposo e os filhos esta terra de Corinto, onde ainda não há muito era bem quista dos cidadãos que acolheram o exilado, onde vivia em perfeito acordo com Jasão (tudo está a salvo quando nenhuma dissensão separa a mulher do marido) (EURÍPIDES, 1982, p. 163).

Essa afirmativa da Ama aproxima-se do que é considerado por Beauvoir (1980), quando a autora explana que histórica e socialmente tem sido construída uma ideia de mulher que não pensa e não é capaz de realizar qualquer atividade se não for subordinada a um homem, ao passo que a autora percebe desde o início dos tempos considerações de que se é possível pensar o homem sem pensar a mulher, mas jamais o oposto. “Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado” (BEAUVOIR, 1980, p. 10). Em outras palavras, a mulher é sempre o outro, jamais o sujeito absoluto, visto ser construído que este papel pertence inquestionavelmente ao homem.

De forma crítica é que o gênero, enquanto categoria analítica surge para romper com o essencialismo proporcionado pelo ideário de sexo. Ao tratarmos das diferenças e igualdades entre homens e mulheres

pensando na dinâmica das relações de gênero, podemos analisar aspectos históricos e sociais da construção das normas sobre ser um ou outro e, desta forma, abranger a complexidade cultural da diferença sexual (SCOTT, 1989). Nicholson (2000) aponta que durante a segunda onda do movimento feminista, as mulheres consideravam o conceito de sexo como condicionado à distinção biologizante de imutabilidade das diferenças, visto que mudança alguma seria possível em uma constituição orgânica e não-social. Assim, as feministas buscavam diferenciar o ser homem do ser mulher sem que, no entanto, o termo gênero se fizesse presente logo de início. Pedro (2005) pontua que é nos anos 1980 que os movimentos feministas e de mulheres buscavam contrastar as diferenças entre os comportamentos de homens e mulheres como ligados e definidos pela cultura e não pelo sexo, como considerado até então.

Podemos complementar esta questão com Thorne (1993), quando aponta para o jogo do gênero. Para esta autora, a subjetivação de meninos e meninas ocorre desde o nascimento, ou ainda antes dele, sendo que a estereotipia do que significa ser um ou outro fica evidente pela escolha das roupas, tipos de músicas, tipos de brincadeiras e mesmo da linguagem utilizada por cada um dos grupos. Não é sem consequências que desde bebês, as crianças são orientadas a escolherem comportamentos considerados mais adequados à sua condição biológica e/ou sexual. Neste sentido, falamos em influências socializadoras. A autora exemplifica com a observação que faz da capa de uma revista que representa um menino e uma menina: enquanto o menino está vestido com calças e mostrando o músculo do braço, a menina está com um vestido e segurando uma boneca. Desta forma, as diferenças são evidenciadas desde o nascimento da criança, os caminhos lhes são indicados, e por isso Thorne conclui

que “*if boys and girls are different, they are not born but made that way*” (THORNE, 1993, p. 2).

Para Thorne (1993), o jogo de gênero supera as ideias de desenvolvimento de gênero e socialização de gênero, tratando das interações e relações sociais em que meninas e meninos estão inseridos desde que nascem. Assim, as crianças ‘fazem’ gênero (*doing gender*), um caminho em que se fazem presentes as relações de poder, mas em que, ao mesmo tempo, são criadas inúmeras estratégias de resistência individuais e coletivas, e adultos e crianças influenciam e são influenciadas por elas. Ao aludir ao conceito de rituais de fronteira, a autora aponta para a flexibilidade nas fronteiras de gênero, que são construídas e trabalhadas culturalmente nos jogos, em que meninas e/ou meninos podem intercambiar posturas e ações sem serem considerados do sexo oposto ou de um terceiro sexo. Isso se assemelha aos jogos estabelecidos por Jasão e sua esposa, como discutimos anteriormente. Trata-se de um ir e vir, de um jogo de mão dupla que ambos exercem nas interações.

Mais adiante no mito, Medéia lamenta sobre a vida desgraçada que leva, desejando agir de alguma forma, vingar-se das traições do marido. Nesse momento o coro a subjugua, indicando-lhe que deveria agir de forma passiva, padrão de comportamento esperado que uma mulher exprima diante da traição do marido. Assim, o coro lhe diz que ela não deveria fazer nada, porque somente os deuses poderiam vingá-la: “Por que esse desejo do temível sono, insensata? O funesto desenlace não chegará senão cedo demais, não o apresse ainda com teus votos. Se teu esposo procura um novo himeneu, não te irrites por isso contra ele, Zeus será teu vingador” (EURÍPIDES, 1982, p. 168). Expressa-se, aqui, a submissão que historicamente esperasse que a mulher deva assumir, como Beauvoir (1980) constata em sua obra.

Também o valor do dote é expresso no texto, como no momento em que, lamentando seu trágico destino, Medéia discursa acerca do valor da mulher:

De todos os seres que respiram e que pensam, nós outras, as mulheres, somos as mais miseráveis. Precisamos primeiro comprar muito caro um marido, para depois termos nele um senhor absoluto da nossa pessoa, segundo flagelo ainda pior que o primeiro (...) Aquela que entra em uma nova vida e se sujeita a novas leis deve possuir a arte dos adivinhos para prever, pois que não conhece o homem de que vai partilhar o leito (EURÍPIDES, 1982, p. 171).

Adiante, Medéia questiona também a traição cometida pelo marido e aquela cometida pela esposa, sendo que socialmente essas são concebidas de formas distintas: por ele é direito, por ela é indecência. Assim, visualizamos que a condição da mulher ainda é muitas vezes de subjugação e que ela ainda é inferiorizada por uma condição que outros lhe impõem, mas que aceita por sentir-se de tal forma, ou seja, como no berço da própria família ela foi criada para servir ao homem, não há nada que lhe impele mais desejo do que satisfazer este ‘dever’ que lhe foi imposto. Desta forma, apesar de todos os avanços advindos como consequências dos movimentos feministas, a condição da mulher ainda é muito atrelada à subordinação e subjugação, visto que ao mesmo tempo em que a sociedade convida a mulher para o mercado de trabalho, para a independência financeira e emocional, também a obriga a inferiorizar-se diante de outrem, geralmente assumindo-se como vassala do masculino, porque “a mulher se conhece e se escolhe, não tal como existe para si, mas tal como o

homem a define” (BEAUVOIR, 1980, p. 177).

Porém, Medéia não aceita de forma acrítica a traição de Jasão e se “o homem, dono do lar, sai para distrair-se de seu tédio junto de algum amigo ou de pessoas de sua idade; mas nós (mulheres) é preciso não termos olhos a não ser para ele” (EURÍPIDES, 1982, p. 171), ela supera tal condição e foge, casando-se com outro. Assim, mais uma vez o jogo de gênero atua nessa relação e as de poder rizomáticas conduzem interações entre homens e mulheres sob fronteiras flexíveis de gênero (THORNE, 1993).

Azevedo e Guerra (2000) percebem em seus estudos que a construção histórica contribui com a submissão da mulher diante do marido e da dominação deste para com aquela, sendo que fatores históricos estão associados. Neste sentido, as autoras apontam que afetos e relações de poder estão intimamente ligados. Ainda, verificam que a divisão interna nos papéis entre parceiros admite uma distribuição desigual de privilégios, direitos e deveres dentro da casa, baseados nas diferenças de gênero e constituídas dentro de um ambiente em que o relacionamento cotidiano impulsiona emoções ao mesmo tempo conflitivas e prazerosas no que concerne a sexualidade, reprodução e socialização dos indivíduos. Considerações similares partem de Thorne (1993), autora que verifica a separação e diferenciação de gênero presente desde o início da vida das crianças, mais claramente impulsionada pelos jogos infantis desenvolvidos na escola.

No entanto, e conforme relatado anteriormente, a mulher não é completamente submissa na obra de Eurípides (1982), sendo que em uma das falas de Medéia, que parece ser dirigida a si mesma, busca superar a ideia de subordinação, alegando que sendo mulher “possuis a ciência, e, aliás, a nós outras,

mulheres, a natureza fez impotentes para o bem, porém mais hábeis do que ninguém para manipular o mal” (EURÍPIDES, 1982, p. 177-8). Nesta fala, a personagem parece exprimir uma condição, ou talvez uma compensação, no sentido de que se o mundo não lhe permite ações moralmente aceitas como boas, ao menos das más as mulheres podem sabiamente se utilizar. Assim, verificamos a crença de que há possibilidades das mulheres superarem o convencionalmente aceito. É a partir disso também que *Medéia* planeja a morte de Creúsa, a nova esposa de Jasão, e de seus próprios filhos, descendentes de Jasão, por vingança, mas também como uma forma de valorizar a si mesma:

Enviá-los-ei a ela com presentes (que eles deverão oferecer à nova esposa, para que os não exilem deste país): um véu do mais fino tecido e uma coroa de ouro. Se ela pegar e usar esses ornamentos perecerá nos mais cruéis sofrimentos, e, com ela, quem quer que a tocar, tal é o poder dos venenos com que impregnarei esses adereços. Mas aqui me detenho. Estremeço ao pensamento do que me restará fazer: matarei meus filhos (EURÍPIDES, 1982, p. 193).

Scott (1989; 2002), teorizando a noção de gênero, permite-nos defender as condições que o sexo feminino se utiliza para lutar pelas igualdades de direito, portanto, a categoria analítica de gênero foi o princípio da luta das feministas em movimentos sociais reivindicando direitos civis e humanos, como a igualdade e o respeito.

A partir disso, é preciso considerar que os indivíduos não nascem com determinado gênero, mas se constroem enquanto tal. Beauvoir (1980, p. 59) considera que “não é a natureza que define a mulher: esta é que se

define retomando a natureza em sua afetividade”. Ou seja, a mulher é assim denominada porque se sente desta forma e suas condições fisicoanatômicas não definem seu papel, podendo contradizer-se à 'natureza':

O fato que determina a condição atual da mulher é a sobrevivência obstinada, na civilização nova que se vai esboçando, das condições mais antigas. É o que não percebem os observadores apressados que estimam ser a mulher inferior às possibilidades que lhe são oferecidas, ou que só vêem nessas possibilidades tentações perigosas. Na verdade, a situação é sem equilíbrio e é por essa razão que lhe é difícil adaptar-se a ela. Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar o que casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que as dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva (BEAUVOIR, 1980, p. 175).

Com isto, Beauvoir (1980) elucida que de fato, todos os locais estão abertos às mulheres, muito por consequência de intensas lutas que proporcionaram conquistas das próprias mulheres em seus movimentos e ações, mas que muitas não mergulham nesses direitos por nunca terem sido incentivadas a tal. A própria sociedade é paradoxal, neste sentido, porque se abre exercendo os direitos universais, mas todo o processo é fragmentado pela falta de amparo às mulheres em sua condição de liberdade. Desta forma, se trata de uma liberdade fragmentada. Trata-se essencialmente de uma oferta incompleta:

Tudo encoraja ainda a jovem a esperar do “príncipe encantado” fortuna e felicidade de preferência a tentar sozinha uma difícil e incerta conquista. (...) Os pais ainda educam suas filhas antes com vista ao casamento do que favorecendo seu desenvolvimento pessoal. E elas vêm nisso tais vantagens, que o desejam elas próprias (BEAUVOIR, 1980, p. 176).

Logo, percebemos que os comportamentos de Medéia com vista a por fim à vida dos filhos se dão no intuito de ferir o esposo infiel, pois ela própria alega que “ele (Jasão) não reverá vivos os filhos que de mim teve, e outros não terá de sua nova esposa, que deve perecer miseravelmente, devorada por meus venenos” (EURÍPIDES, 1982, p. 193). Em sua farsa, Medéia ouve as palavras de Jasão colocando-a como mulher e, portanto, seria natural que se enfurecesse com ele por desposar outra. Da mesma forma, ela própria relata a fragilidade atribuída à mulher, ser que nasceu para as lágrimas. Embora tudo não passe de fingimento de Medéia, verifica-se que de fato o discurso ligado ao feminino se atrela a construção social do sexo frágil, apontado também por Beauvoir (1980). Neste sentido, Alves (1985) e Thorne (1993) pontuam que desde o início de sua criação a menina é orientada pelas normas sociais a ser doce, obediente, passiva, altruísta e dependente, ao passo que se espera que o menino seja agressivo, competitivo, ativo e independente, tratando tais qualidades como próprias, naturalizadas, de cada sexo. “A mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade” (ALVES, 1985, p. 56).

Alves (1985) prossegue em sua discussão avaliando que a naturalização dos

comportamentos de homens e mulheres legitimam a discriminação sobre uma mulher considerada como um ser frágil e dependente, diferente emocionalmente do homem por conta de atributos diretamente biológicos. A autora assevera ainda que “este reducionismo biológico camufla as raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações sociais, e não de uma natureza imutável” (ALVES, 1985, p. 56). Neste sentido, luta-se contra a naturalização e em prol da compreensão das desigualdades enquanto construto social, portanto passível de ser compreendida e superada no próprio percurso histórico, com vista a transformação.

Porém, a dificuldade na superação das desigualdades se dá por conta do discurso internalizado nas mulheres, que desde meninas têm aprendido a ‘ser’ de determinada forma e cuja adaptação em uma sociedade em que não seja subordinada é muito difícil, justamente por não saber o que fazer com relação às isso. Assim, trata-se da introjeção da autodesvalorização (BEAUVOIR, 1980; ALVES, 1985). Pensando dessa forma retornamos as considerações de Beauvoir (1980) ao colocar que a mulher não é nada de fato, dizer-se-ia que nem o homem, mas que ela se constrói a partir dos olhos dos outros. Assim, novamente contrastamos os paradoxos dos movimentos feministas, uma vez que a noção de alteridade é posta em voga: pensar no indivíduo singular e no universal gerou inúmeras discussões.

Frota (2012) fundamenta-se nas análises de Scott (2002) e constata que compreender o indivíduo como abstrato representava abstraí-lo de categorias diferenciadoras, como “nascimento, família, riqueza, ocupação, propriedade, religião, o que também acarretava seu tratamento como seres incorpóreos, independentes de suas características físicas distintivas de fisionomia, cor da pele e sexo” (FROTA, 2012, p. 49). Apenas dessa forma é que foi

possível compreender a identidade humana como um conjunto de características universais que permitiram pensar em igualdade política, social e econômica. “Se os seres humanos eram fundamentalmente os mesmos, todos eles poderiam ser vistos como um só indivíduo. O indivíduo abstrato era esse indivíduo singular e único” (FROTA, 2012, p. 50). Mas é também, neste sentido, que emergem as ideias de distinção e diferenciação em que as diferenças são reduzidas à diferenciação sexual. É, neste contexto, que muitas das construções de indivíduo na atualidade ainda se baseiam, portanto a questão de diferenciação vs não-diferenciação de gênero ainda é uma problemática que precisa ser muito discutida e problematizada, para que de fato consigamos construir relações de gênero que não anulem ou valorizem somente um lado do jogo de gênero, justamente porque as ações interativas desempenhadas pelas pessoas não se centra em poderes fixos, mas em relações com fronteiras flexíveis.

Considerações Finais

Ao longo da história, os movimentos feministas e muitas personalidades destes movimentos têm denunciado os paradoxos dos discursos, das práticas, das expectativas sociais, acerca das relações de gênero, do que é ser mulher e ser homem na sociedade. Medéia é uma das personagens que incorpora de forma significativa e clara os paradoxos de sua condição feminina. Pensando nisso é que construímos um texto que apresenta o jogo de gênero que Medéia desempenha com seu esposo Jasão, com a finalidade de expor que as relações de poder entre homens e mulheres não possuem fronteiras fixas, mas exercem-se mutuamente a partir das relações.

Analisando as falas de Medéia e dos demais personagens da tragédia, percebemos que era claramente construído para a

personagem um contexto em que homens subordinavam suas esposas e, que elas próprias, incorporavam e reproduziam um discurso introjetado desde a infância e baseado em uma identidade naturalizada e biologicista. No entanto, essas relações, construídas sócio-historicamente, são flexibilizadas justamente pela ideia de construção, em que desde criança pode-se aprender a ser e agir de uma ou de outra forma, conforme o contexto social em que se está inserido permita. Logo, apesar de ser muito visível as formas pelas quais a dominação masculina se mantém, também tem sido visível nas relações sociais que mulheres podem recorrer a outros recursos de poder na dinâmica de funcionamento do já mencionado jogo do gênero.

Na Grécia Antiga, Medéia jogou com os filhos, com os poderes mágicos que possui, com a astúcia para forjar truques e armadilhas. Já, na contemporaneidade, quais são as armas de que as mulheres se apossam para jogar com as relações de gênero? Assim, este estudo parece apontar para algumas pistas que, no entanto, lançamos para possibilidades de outros estudos, investigando as atualizações dos jogos de gênero que homens e mulheres têm criado e se apropriado para se relacionarem.

¹ O jogo do gênero, teorizado por Barrie Thorne, será explanado mais profundamente adiante.

² Também denominado como velo, toção ou velino de ouro, é, na mitologia grega, a lã de ouro do carneiro alado Crisómalo. Trata-se de um talismã que outorgava a quem o possuísse prosperidade e poder.

Referências

- ALVES, Branca Moreira. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- EURÍPIDES. Medéia. Trad. Miroel Silveira e Júnia Silveira Gonçalves. In: **ÉSQUILO. Prometeu acorrentado/Ésquilo. Édipo Rei/Sófocles. Medéia/Eurípides**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- FARIA, Keila Maria. A face negra de Medéia: uma imagem invertida. **Alétheia – Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo**, volume único, Janeiro/Dezembro, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- FROTA, Maria Helena de Paula. Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott. **O público e o privado**, n. 19, janeiro/junho,, p. 43 – 58, 2012.
- MACHADO, Roberto (org). Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, p. p. VII-XXIII.
- MELO, Érica. Feminismo: velhos e novos dilemas – uma contribuição de Joan Scott?. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 553-564, julho-dezembro, 2008.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 1 – 33, 2000.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v.24, n.1, p.77 - 98, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila) **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press, 1989.
- SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- THORNE, Barrie. **Gender play – girls and boys in school**. New Jersey: Rutgers University Press, 1993.

Recebido em 31 de janeiro de 2013.
Aceito em 29 de setembro de 2013.